

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Letras

Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

Juliana Auler Matheus Rodrigues

VITA ACTIVA: análise de redações do ENEM a partir dos Cânones Retóricos

Belo Horizonte

2023

Juliana Auler Matheus Rodrigues

VITA ACTIVA: análise de redações do ENEM a partir dos Cânones Retóricos

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa: teorias e práticas de ensino de leitura e produção de textos

Orientadora: Prof. Dra. Raquel Lima de Abreu Aoki

Belo Horizonte

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DA ALUNA JULIANA AULER MATHEUS RODRIGUES

Realizou-se, no dia 23 de agosto de 2023, às 15:00 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *VITA ACTIVA: análise de redações do ENEM a partir dos cânones retóricos*, apresentado por JULIANA AULER MATHEUS RODRIGUES, número de registro 2021713843, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Raquel Lima de Abreu Aoki - Orientadora, Profa. Leiva de Figueiredo Viana Leal (UFOP), Profa. Jacqueline Diniz Oliveira Souki

A Comissão considerou o Trabalho:

(X) Aprovado

() Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2023.

Profa. Raquel Lima de Abreu Aoki (Doutora)
Profa. Leiva de Figueiredo Viana Leal (Doutora)
Profa. Jacqueline Diniz Oliveira Souki (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Leiva de Figueiredo Viana Leal, Usuário Externo**, em 23/08/2023, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Lima de Abreu Aoki, Professora do Magistério Superior**, em 25/08/2023, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Diniz Oliveira Souki, Usuária Externa**, em 30/08/2023, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2539622** e o código CRC **51444A88**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meus pais, que me deram durante toda a vida condições e incentivo para minha formação, espírito crítico para tentar entender o mundo e todo amor possível para aguentar estar nele.

À minha orientadora por ter pensado comigo uma temática e formato de trabalho condizentes com meus objetivos acadêmicos, além de toda paciência durante a orientação.

À Bruna Carla, minha colega de turma do curso de especialização, com quem, de forma remota, pude dividir angústias e trabalhos ao longo das disciplinas.

À secretaria do PROLEITURA, pelo empenho em garantir a nós, discentes, as melhores condições possíveis de prosseguimento no curso.

À minha psicanalista, Natália, que desde 2020 vem trilhando comigo um caminho em que eu caiba melhor dentro da minha própria pele e a partir dos meus próprios recursos psíquicos possa lidar com o que se apresentar no meu caminho.

Às professoras do curso de Letras da UFJF, Fernanda Cunha Sousa e Charlene Miotti. À Fernanda por todas as importantes trocas e oportunidades ao longo da minha formação inicial que me possibilitaram “colocar o pezinho nas clássicas”. E à Charlene, por todo conteúdo minuciosamente preparado nas disciplinas, em especial à de retórica, e por todas as contribuições para elaboração desse trabalho.

Ao Garra – cursinho popular, por ter aberto meus olhos para a importância da democratização do vestibular e por ter me proporcionado um importante contato com o ENEM. Agradeço especialmente ao Ayrã, pelo incentivo, amizade e confiança de sempre.

Aos meus amigos Igor, Melissa, Paolla, Rayane e Vinícius, por terem me ensinado a importância de dividir a vida, por acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditei e por terem ouvido todos os meus áudios, alguns excessivamente angustiados.

Ao Lucas, meu namorado, que me apoiou nos momentos de escrita e por ter sempre mantido o otimismo.

Ao meu partido, por ter me ensinado a importância da luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Ao meu cachorro, Robson, por estar comigo nos dias de chuva e de sol e me acolher, mesmo quando não sabia que precisava

*Não há nada morto de maneira absoluta.
Todo sentido festejará o dia de seu renascimento
(Mikhail Bakhtin)*

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo utilizar os cânones retóricos para uma análise de redações elaboradas para a prova de redação do ENEM, gênero indispensável para o trabalho didático no ensino médio, uma vez que constitui a principal porta de entrada para o Ensino Superior público no Brasil. A proposta buscará trabalhar possíveis relações e estratégias de argumentação relacionadas aos Cânones Retóricos e aulas de produção textual. Os intitulados Cânones são apresentados, dentre tantas obras, no tratado do orador latino Cícero intitulado *De Inventione* e aprofundado por Quintiliano, retor, professor e comentador do pensamento ciceroniano, através de sua obra *Institutio Oratoria*. Para este trabalho serão considerados alguns dispositivos da retórica que têm como objetivo tornar a comunicação, a princípio, oral, mais efetiva, uma vez que as discussões públicas acerca das questões da urbe eram uma importante constituinte da vida política romana. São eles: i) inventio (invenção): seleção adequada dos argumentos utilizados; ii) dispositio (disposição): correta estruturação do processo argumentativo; iii) elocutio (elocução): composição do discurso, ligada à textualidade contemporaneamente; iv) memoria: a memorização do discurso e preparação para apresentação pública e v) actio (ação): a apresentação, performance do discurso. A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de um trabalho em sala de aula que seja pautado nos letramentos para as demandas sociais, sendo a realização do ENEM uma das principais questões dos jovens em idade escolar. Ainda que muitas críticas devam ser feitas em relação ao modelo da prova, ele é irrefutavelmente parte determinante na elaboração de currículos, aulas e materiais didáticos em sala de aula, ou seja, explorar as possibilidades da redação do exame faz parte do compromisso com a democratização da Educação Superior. Em relação ao cânone, a escolha por esses dispositivos dá-se pela clara relação entre sua proposta e a redação dissertativo-argumentativa exigida no Ensino Médio, tanto para um aperfeiçoamento das estratégias discursivo-argumentativas, quanto para a vida pública, uma vez que o ENEM exige em sua prova escrita uma reflexão sobre alguma problemática social experienciada em território brasileiro, em outras palavras, um pronunciamento sobre as questões relativas à polis. Desta forma, foi elaborado um projeto piloto de atividade que trabalhe com as relações entre a argumentação para vestibulares e os cânones retóricos.

Palavras-chave: ensino de escrita, letramentos sociais, cânone retórico, argumentação.

ABSTRACT

This monograph endeavors to employ rhetorical canons in the analysis of essays crafted for the ENEM essay examination, an indispensable genre with profound implications for didactic practice at the high school level, serving as the primary gateway to public higher education in Brazil. The proposition is to delve into conceivable connections and argumentative strategies associated with Rhetorical Canons within the context of pedagogical efforts concerning textual production. The term 'Canons' finds its roots in various works, most notably in Cicero's treatise 'De Inventione,' and is further elucidated by Quintilian, a distinguished rhetorician, professor, and commentator on Cicero's philosophy in his work, 'Institutio Oratoria.' This study acknowledges specific rhetorical devices intended to enhance the effectiveness of primarily oral communication, bearing in mind that public deliberations on urban issues held a pivotal role in Roman political life. These devices include: i) inventio (invention): the judicious selection of arguments employed; ii) dispositio (disposition): the meticulous structuring of the argumentative process; iii) elocutio (elocution): the composition of discourse, closely intertwined with contemporary notions of textuality; iv) memoria: the art of memorizing discourse and preparing for public presentation; and v) actio (action): the dynamic delivery and performance of discourse. The significance of this inquiry stems from the pressing need for classroom initiatives grounded in literacy skills to address societal demands, with the ENEM representing a paramount concern for students in the school-age bracket. Despite the potential criticisms directed at the test model, it undeniably wields substantial influence in shaping curricula, teaching methodologies, and didactic resources. In essence, exploring the potential of the examination's essay component is inextricably linked to the commitment to democratizing higher education. In relation to the Canons, the selection of these devices is predicated upon their evident relevance to the requirements of the argumentative essay in high school, serving as a means of honing discursive and argumentative acumen not only for academic purposes but also for active participation in public discourse. The ENEM, within its written examination, necessitates a reflective engagement with social issues manifest within the Brazilian landscape, thereby underscoring the significance of addressing matters pertinent to the 'polis.' Accordingly, a pilot project has been devised to facilitate a nuanced exploration of the interplay between argumentation as required by college entrance examinations and the realm of rhetorical canons.

Keywords: writing pedagogy, social literacy, rhetorical canon, argumentation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
ASPECTOS TEÓRICOS	12
A Retórica como Disciplina da Participação Social.....	12
Concepções de Letramento	18
Redação do ENEM e Cidadania.....	19
ANÁLISE DAS REDAÇÕES	22
Redações e os Cânones Retóricos	22
Proposta de Redação de 2022.....	24
Redação 1	25
Redação 2	27
Redação 3	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir é uma espécie de síntese dos últimos anos que venho me dedicado à formação enquanto professora de língua portuguesa. No início da graduação, desenvolvi um forte interesse por uma área a qual chamamos de Estudos Clássicos, dedicada ao estudo da sociedade, cultura, língua e arte do que entendemos como Grécia e Roma. Existem alguns pontos do cotidiano destas áreas que são imprescindíveis que nos detenhamos sobre eles antes do prosseguimento da monografia em si.

Em primeiro lugar, o estudo do latim desafia as concepções utilitaristas que dominam nosso sistema de ensino, tanto em nível básico quanto superior. Diariamente, nós, estudantes das clássicas, ouvimos de colegas, parentes, amigos e pessoas nem tão próximas assim “por que você estuda uma língua morta?”. Para além da problematização de o que constitui a mortalidade para uma língua, é necessário pensar o que torna algo importante a ser estudado. Ainda que o latim e o grego clássico (ao qual não me dediquei tanto na graduação) não tenham na atualidade falantes nativos, parte considerável do conhecimento humano produzido no ocidente foi produzido nestas línguas e ainda não está traduzido para o português. Estudar latim é, antes de tudo, sobre acesso.

Em segundo lugar é necessário refletir sobre esse acesso. É sabido que o conhecimento, a educação a literatura, tiveram um papel importante na segregação social, numa realidade em que analfabetismo é considerado como um estigma negativo, como nos mostra Bryan Street (2013). A área das clássicas ocupa um espaço especialmente elitizado nas áreas de conhecimento, ler a Odisseia traz muito mais prestígio que conhecer a tradição oral popular. É um desafio enorme para a área popularizá-la, cumprindo o papel social do ensino superior público no Brasil, que deve ser pautado no diálogo, sempre. Ser das clássicas é também ter que pensar em como inseri-las na realidade prática, desmistificando sua aura de inacessibilidade.

As disciplinas ligadas à licenciatura, formação de professores e linguística aplicada foram o segundo, e mais importante, tópico ao qual me dediquei na graduação e que “abriu as portas” para minha pós-graduação, já que minha especialização, que concluo a partir desta monografia é relativa ao tema do ensino de leitura e produção escrita de português. A partir delas me debrucei sobre a função do ensino de língua que, se ligado à perspectiva dos letramentos, é relacionado às práticas sociais e a participação cidadã.

Dito isto, este trabalho nasce da profunda vontade de utilizar o conhecimento produzido pela área de estudo clássicos para a dimensão do letramento escolar, para que

possam exercer sua função de democratização do conhecimento. Alinhado a isto está a retórica, disciplina clássica da antiguidade voltada para a participação social, sendo uma originalidade romana. De acordo com Melo (2013), o processo de educação romano era ligado ao coletivo, ainda que numa perspectiva diferente da contemporânea. Educação, ou *educatio*, em latim, tem seu sentido ligado à alimentação e tem relação com uma criação física e moral dos sujeitos para que pudessem adentrar a vida pública, buscava-se uma relação entre ensino, prática e vida. Ao retor, o responsável pelo ensino da oratória, era incumbida a função de ensinar a retórica e filosofia. Em relação ao sistema educacional é possível dizer que:

Numa hierarquia de valores, o retor ocupa um posto mais elevado em relação aos seus colegas, o *magister ludi* e o *grammatici*, responsáveis pelo ensino primário e secundário, respectivamente. Ensinando à sombra dos pórticos dos foros, tinha à sua disposição salas arranjadas como pequenos teatros, abertas ao fundo dos pórticos. O ensino do *rhetor latinus* tinha como objetivo o domínio da arte oratória, a princípio assegurada na técnica tradicional, o sistema complexo das regras, procedimentos e normas estabelecidos pela escola grega: ensino formal de comunicar as regras e habituar o aluno a se utilizar delas. (CAMPOS, 2008, p.5)

Anacronicamente falando, o ensino de retórica é diretamente relacionado a um ensino aplicado de língua, uma utilização estilística da linguagem para a ação no mundo social. Assim, seus usos para a educação básica podem ser inúmeros. Adotando esta perspectiva, refleti sobre a importância de se propor reflexões dentro da academia sobre o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, modelo que deve receber críticas, mas que é hoje um evento e uma demanda dos alunos, em especial do terceiro ano do ensino médio. Fazendo coro às palavras de Da Silva Zacarias:

cremos que trabalhar com as especificidades do texto dissertativo-argumentativo nos parâmetros do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no contexto escolar seja uma das formas de atuar como escola transformadora, pois o acesso à universidade proporcionado pelo exame, através dos programas a ele relacionados (ProUni, Fies, Sisu), constitui um dos instrumentos que favorecem a conquista de maior espaço e representatividade da classe menos abastada na sociedade brasileira. Portanto, a escola não deve se eximir dessa discussão (DA SILVA ZACARIAS, 2021, p.15-16)

A utilização da retórica clássica neste estudo fundamenta-se em três pilares distintos, alinhados com uma visão politizada e progressista do acesso ao conhecimento retórico. Primeiramente, a escolha de incorporar os princípios retóricos encontra raízes em minha identificação com os estudos clássicos, reconhecendo o legado duradouro da retórica como uma disciplina que transcende os séculos, permeando os âmbitos da argumentação e da persuasão. Em segundo lugar, esta abordagem sustenta a crença de que os estudantes têm o direito de acessar o conhecimento retórico, contribuindo assim para uma educação inclusiva e democrática. Ao fornecer ferramentas retóricas, estamos capacitando os alunos com habilidades que os habilitam a participar de forma mais eficaz no discurso público, crucial

para a formação de cidadãos informados e engajados. Por fim, esta pesquisa busca demonstrar, por meio da análise das redações, que os princípios retóricos mantêm sua relevância inegável na construção de argumentos sólidos e na promoção da participação cidadã ativa. A argumentação eficaz e a competência retórica continuam a ser ativos cruciais na esfera educacional contemporânea, alinhando-se com a busca por uma educação inclusiva e transformadora

Assim, o objetivo desta monografia é buscar expor diálogos e convergências entre os cânones retóricos e a estrutura das redações de modelo ENEM, buscando, até mesmo, que sirva de inspiração para o ensino da retórica clássica, uma disciplina amplamente estudada, com vastíssimo material e com uma aplicação prática importantíssima para a vida social. Trata-se, portanto, de um estudo que visa a democratização de um conhecimento ainda elitizado, além de uma tentativa de reconhecer o ENEM, com todas as suas contradições, como importante objeto de estudo para reflexões sobre a escola básica.

ASPECTOS TEÓRICOS

A Retórica como Disciplina da Participação Social

Trajectoria da retórica no mundo clássico

A retórica é uma das disciplinas mais antigas estudadas pela tradição ocidental no concernente à linguagem, juntamente à gramática e à poesia. Sua definição é “camaleônica”, como aponta A. D. Leeman já que “poucas palavras deram conta de conceitos tão diferentes e diversos —e provocaram as reações emocionais mais diversas” (VICKERS, 1982, p. 41). Segundo Pacheco (1997), a retórica possui as seguintes características:

1. Busca pela persuasão, pela adesão intelectual através do discurso;
2. Preocupação maior em relação à adesão do que à verdade;
3. Uso de uma linguagem comum, já que é dirigida para grupos amplos, não apenas a especializados e técnicos;
4. Proposta de modificação convicções e atitudes, tendo posicionamentos bem definidos.

A retórica é também definida por Barthes (2001) como uma metalinguagem (discursos sobre o discurso). Sendo definida como:

- (1) uma técnica, “uma ‘arte’ no sentido clássico da palavra: arte da persuasão, conjunto de regras, de receita cuja aplicação permite convencer o ouvinte do discurso (e mais tarde, o leitor da obra)”; (...)
- (2) um ensinamento; (...)
- (3) uma ciência que abrangia um campo de observação autônomo delimitando os “efeito” de linguagem, uma classificação desses efeitos que seriam as “figuras” de retóricas, um “conjunto de tratados de retórica, cuja matéria – ou significado – é uma linguagem-objeto (a linguagem argumentativa e a linguagem ‘figurada’)” – uma metalinguagem; (...)
- (4) uma moral: funcionando como um sistema de “regras”, a retórica está penetrada pela ambigüidade da palavra e tem uma finalidade prática, trazendo em si uma função de permitir e limitar os “desvios” da linguagem; (...)
- (5) uma prática social: a Retórica é tida como uma “técnica privilegiada” que garante a propriedade da palavra, considerando-se, assim, o poder exercido pela e na linguagem; e, por último, (...)
- (6) uma prática lúdica: constituem-se tais práticas um sistema institucional que, por isso mesmo, era posto sob suspeita, desprezo e ironias em jogos, paródias e piadas (...) (BARTHES, 2001, p. 5-7).

O bem falar em público faz parte dos valores da tradição ocidental, sendo tópico importante de reflexão desde a tradição grega, que já colocava a persuasão através do discurso como uma virtude (FREITAS, 2014), mais ainda a eloquência um dos maiores merecimentos,

um dom divino" (CURTIUS, 2013, p. 101). O primeiro tratado de retórica é atribuído a Tísias e Coráx, datando de 465 a.e.c. Com a consolidação do modelo de democracia ateniense, a retórica ganha singular importância, principalmente através dos sofistas (PACHECO, 1997). Os sofistas eram uma escola destinada à boa cidadania através da retórica.

Desde Górgias e Protágoras (...) há três tipos de retórica, conforme esta se dirija ao passado, ao futuro ou ao presente. A retórica judiciária trata do passado e visa ao justo; a retórica deliberativa decide a respeito do futuro e visa ao bem; e a retórica laudatória ou epidítica lida com o presente e visa ao belo. Note-se que a retórica, ao contrário de questões metafísicas, trata de algo eminentemente prático. Seu objetivo é persuadir, isto é, vencer uma disputa judiciária, ganhar um debate deliberativo ou elogiar e sustentar a beleza de um discurso qualquer. Não importa se a causa é justa, boa ou bela, o que interessa é que a causa pareça justa, boa ou bela. A retórica portanto só se preocupa com as aparências, cabe à filosofia a análise do ser, a procura do justo, do bem e do belo em si mesmos (MONTEAUDO, 2002, p.56)

A tradição retórica sofista começa a perder fôlego com as críticas socráticas, cuja visão de mundo privilegiava a verdade e a essência em detrimento da persuasão. Segundo Monteaudo (2002) ponto de vista grego havia 3 perspectivas sobre a retórica: Platão defendia que a filosofia devia se ocupar da justiça e da moral, como o objetivo da retórica era apenas persuasivo, ficando apenas na aparência, era imoral. Aristóteles defendia, por outro lado, que a retórica era amoral, já que não se ocupa da verdade, cabendo ao filósofo conhecer a retórica para não cair em nenhum artifício. Por fim, Isócrates, referência para os sofistas, apontava que não havia filosofia sem um discurso que a defendesse.

Aristóteles foi o principal proponente acerca da retórica no mundo grego, sendo creditada a ele a obra "A Retórica". Para ele, a retórica mais do que persuasão, era a escolha dos métodos para se persuadir alguém, seu objetivo era "provar que a retórica tinha tanta razão de ser quanto a dialética" (CURTIUS, 2013, p. 103). Sendo uma das primeiras sistematizações deste estilo argumentativo a retórica:

é um texto de Aristóteles composto por três livros (I: 1354a –1377b, II: 1377b – 1403a, III: 1403a – 1420a) e parece não existir dúvidas acerca de sua autenticidade. No livro I, Aristóteles analisa e fundamenta os três gêneros retóricos: (i) o deliberativo que procura persuadir ou dissuadir; (ii) o judiciário que acusa ou defende e; (iii) o epidítico que elogia ou censura. Além disso, apresenta argumentos em favor da utilidade da retórica e uma análise da natureza da prova retórica que é o entimema, um silogismo derivado. No livro II, faz-se uma análise sobre a relação plano emocional e recepção do discurso retórico. Ou seja, uma série de elementos como a ira, amizade, confiança, vergonha e seus contrários são analisados, bem como o caráter dos homens (p.ex. o caráter dos jovens, o caráter dos ricos). Neste livro, também se volta a analisar formas de argumentação, são apresentados uma série de tópicos argumentativos, uso de máximas na argumentação e o uso dos entimemas. No livro III, o estilo e a composição do discurso retórico são analisados. Além de elementos como clareza, correção gramatical e ritmo, o uso da metáfora e as partes que compõem um discurso também estão presentes neste livro. Com esta obra, Aristóteles lança as bases da retórica ocidental. Teoricamente, a evolução da retórica ao longo dos séculos representou muito mais um aperfeiçoamento da

reflexão aristotélica sobre o tema do que construções verdadeiramente originais. (MAZZALI, 2008, p.5-6)

De acordo com Monteau (2002), a retórica foi popularizada em Roma em decorrência do modelo de tribunas e senado, fazendo com que setores populares tivessem acesso ao ensino da retórica nas escolas. Ainda que esse ensino tenha sido proibido, as obras circularam amplamente. Destas, destacam-se as de Cícero: *De Inventione*, *De Oratore*, *Orator*, *Brutus*, *De officiis* e *Paradoxa stoicorum*. Enquanto filósofo, a retórica era parte indispensável ao fazer filosófico, que estava profundamente ligado a um caráter sócio-político. O orador devia ser uma figura virtuosa, combinando linguagem, pensamento e ação, em sintonia com a noção de *vita activa*, ou seja, a retórica era parte importante para uma vida politicamente ativa, já que a ação social era valorizada.

Quintiliano, retor romano, foi outro importante disseminador da arte retórica e comentador dos tratados de Cícero, defendendo, desde cedo, uma educação para a retórica e outras *ars liberales* (CAMPOS, 2008). Em sua *Institutio Oratoria*, aprofunda o estudo da gramática, que era utilizada para uma boa leitura da poesia, em especial a poesia homérica. Seu intuito não era o de compor uma gramática latina, mas a proposta de abordagem para algumas disciplinas. Para ele a gramática se caracterizava pela “arte de falar corretamente e a explicação dos poetas”, acrescidas de que “as regras da escrita se combinam com as do falar”. Para o autor, a retórica se caracterizava pelo como uma combinação entre falar, pensar, dizer e fazer, sendo combinada à dialética e à gramática como as artes da palavra (PEREIRA, 2001). Enquanto uma obra de cunho quase pedagógico, a *Institutio* tratava-se:

Mais que de “descrever” uma língua, de mostrar como deveria ser, em sua opinião, o trabalho do *grammaticus*: nada mais, nada menos que contribuir para a formação de oradores, na medida em que preparava os alunos para que posteriormente pudessem ser encaminhados para o *rethor*, o mestre da eloquência (PEREIRA, 2001, p.150)

Destaca-se que, no mundo romano, a retórica era uma arte, um fazer, que devia ser ensinado. A educação romana, fortemente ligada a uma perspectiva de formação de cidadãos, atuava no sentido de formar bons cidadãos capazes de contribuir com o senado e as tribunas. A retórica, portanto, é fortalecida com uma perspectiva do ensino. Contudo, com a queda do Império Romano, a retórica foi passando por momentos de maior e menor relevância (PACHECO, 1997). Enquanto uma área do conhecimento, a retórica foi “redescoberta” nos séculos XV e XVI dando-se origem ao chamado “cânone retórico”, principalmente através das obras de Cícero e Quintiliano sendo amplamente estudadas no contexto das universidades europeias, como pode se perceber a partir do vigoroso número de comentários dos tratados de ambos (SCHOEK, 2017). O iluminismo e o positivismo foram

responsáveis por um novo “apagamento” da retórica, já que, novamente, a busca pela verdade volta a ocupar um local de destaque”.

A contribuição de Cícero para a Retórica

O contexto da emergência das proposições ciceronianas parte do ensino de retórica para atuação nos fóruns no período republicano, sendo uma forma do homem comum, sem histórico familiar de atuação política, (*homo novus*) obter ascensão política (FREITAS, 2014). A prática da oratória era fundamental para a participação política e a figura do orador contava com prestígio, já que "o orador é o homem da palavra política ao mesmo tempo que é a figura ideal do homem cívico, seu modelo cabal" (DUPONT, 2000, p. 88). Os discursos públicos ocupavam espaço de relevo na vida pública, fazendo parte da dinâmica de poder, em outras palavras:

Na época republicana estes eventos que são os pronunciamentos de discursos, se são ocasião de avaliar as capacidades oratórias de um orador, não conferem somente ao orador o estatuto de mestre da palavra: além deste reconhecimento técnico, o que está em jogo é um ser social, um estatuto de poder e o reconhecimento de uma excelência ética (DUPONT, 2000, p. 91)

Por conta da relevância destes pronunciamentos do discurso, havia uma série de escolas dedicadas ao ensino de retórica, ensino este fortemente pautado nas experiências dos mestres (FREITAS, 2014). Como dito, ao contrário da sociedade grega, a sociabilidade romana valorizava enormemente a boa oratória. Como aponta Melo (2013), trata-se de uma espécie de novidade romana em relação aos gregos esta efervescência de escolas de retórica:

O ensino superior, sob sua forma dominante, a retórica, só apareceu em Roma, em sua forma latina, por volta do século I a.C. A primeira escola de retóricos latinos foi aberta em 93 a.C. por L. Plúcio Galo, um cliente de Caio Mário, sendo fechada no ano seguinte pelos cônsules Cneu Domício Ahenobarbo e Lúcio Licínio Crasso, por ser considerada uma transgressão aos costumes ancestrais. Essa primeira iniciativa, relevando as hostilidades políticas contra a sua intenção, foi a primeira a propor um tipo “moderno” de retórica, oposto em certo grau à retórica clássica das escolas gregas (CAMPOS, 2008, p.3)

A retórica volta a se popularizar no período de Augusto, em que se aumentou, em certa medida, a participação popular (SANTOS, 2019). É neste cenário que Cícero, senador romano, começa a elaborar sobre a *ars retórica*, que para ele era um exercício virtuoso ligado à ideia de *vita activa*, um ideal de participação social, por assim dizer. Temos como exemplo sua obra *De Oratore*, que não é o foco da presente proposta, na qual descreve o orador como uma figura digna de reconhecimento, em suas palavras: “o que é tão admirável quanto surgir dentre uma multidão de homens alguém que seja capaz de usar sua faculdade de falar – algo

que foi dado a todos pela natureza - de modo ímpar ou como poucos?” (CÍCERO, 1967, I, p. 17). Além disso, a boa oratória era algo a ser cultivado, em outras palavras

De acordo com Cícero, para a produção de um discurso, oratio, eloquente é necessário que o orador seja um indivíduo instruído nas mais diversas matérias, de vasta erudição. É de seus estudos que surge sua capacidade de falar com fluência, agrado e abundância. Neste sentido, é importante que se destaquem pelo menos dois aspectos importantes das opiniões expressas por Cícero. Em primeiro lugar, a oratória é considerada uma atividade nobre, se não devido ao prestígio de que reveste seu praticante, já que existem outras atividades em que o grau de reconhecimento público é maior, certamente porque exige que seu praticante seja um homem cultivado. (FREITAS, 2014, p.242)

Dos Deveres (CHIAPETTA, 1999) é outro tratado de Cícero relevante para se entender o papel social a qual cabia o orador. As contribuições de Cícero para a *ars retorica* ganha um contorno ainda maior a partir dos comentários de Quintiliano sobre a oratória com a publicação de sua principal obra, *De Institutione Oratoria*, dividida em 12 livros nos quais comenta, analisa e propõe sobre as etapas do discurso, apresentadas no *De Oratore* e finalizado nos *Topica*.

Os Tópicos

Em sua obra *Topica*, traduzida por Gilson dos Santos (2019), Cícero elabora sobre os lugares do discurso, ou seja, sobre a matriz discursiva. E desta obra que derivam os conceitos que fazem parte dos cânones retóricos que dispõe sobre a elaboração do discurso. Cabe retomar que a retórica para o filósofo tinha grande relação com a filosofia, especialmente a dialética e seu lugar (*loci*) era tido como um campo de inquirição lógica (SANTOS, 2019).

Ao se dirigir ao *consulatio*, os discípulos da arte da oratória, chamados por Cícero desta forma, Cícero expôs 5 partes do discurso, que correspondem a etapas de elaboração deste discurso, as quais serão utilizadas para a elaboração da proposta didática.

Quadro 1 – Partes do Discurso (SANTOS, 2019)

<p>Inventio (invenção)</p>	<p>Diz respeito ao conteúdo do argumento, tem forte ligação com a dialética. Nesta parte há uma reflexão sobre possibilidades argumentativas, a questão a ser tratada precisa parecer plausível.</p>
--------------------------------	--

<p>Dipositio (disposição)</p>	<p>Diz respeito à organização dos argumentos. É subdividida em algumas partes:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) exordium é a abertura do argumento; ii) narrativo é a narração dos eventos; iii) partitio é a exposição ordenada; iv) confirmatio é a consolidação do argumento; v) confutatio é a confrontação de argumentos contrários; vi) peroratio é a conclusão e apelação para a plateia
<p>Elocutio (elocução)</p>	<p>Diz respeito a um emprego adequado de vocabulário para atingir os feitos discursivos pretendidos.</p>
<p>Memoria (memorização)</p>	<p>Diz respeito ao momento em que o orador memoriza o discurso elaborado.</p>
<p>Actio (Ação)</p>	<p>Diz respeito ao momento em que o orador pronuncia seu discurso em público.</p>

A estes tópicos, damos o nome de cânones. Os cânones da retórica, tal como delineados por Cícero, constituem um conjunto fundamental de princípios destinados a aprimorar a habilidade retórica e a persuasão na comunicação. Estes cinco cânones, a saber, invenção, disposição, elocução, memória e ação, representam os pilares da teoria retórica clássica. A invenção, ou 'inventio,' engloba a seleção criteriosa de argumentos a serem empregados, sendo a pedra angular da eficácia argumentativa. A disposição, denominada 'dispositio,' incide sobre a organização e estruturação adequada do discurso, delineando o percurso argumentativo de maneira lógica e coerente. A elocução, também conhecida como 'elocutio,' compreende a arte da composição textual, envolvendo escolhas lexicais e estilísticas que visam à persuasão do público-alvo. A memória, 'memoria,' remete à capacidade de memorização do discurso, incluindo a preparação meticulosa para a apresentação pública. Por fim, a ação, 'actio,' diz respeito à entrega e performance do discurso, conferindo vivacidade e impacto à comunicação retórica. Estes cânones, fundamentais para a arte da retórica, desempenham um papel crucial na construção de

argumentos eficazes e na persuasão, tanto na oratória como na escrita, destacando-se como elementos essenciais na prática retórica clássica e contemporânea.

Pode se perceber que, como uma arte imprescindível para a *educatio urbem*, a boa prática da oratória exigia uma preparação minuciosa para poder persuadir o público, não bastando apenas a etapa da *actio*, era necessário que se articulasse linguagem adequada, argumentos, combinação de diferentes formas discursivas, ou seja, era um exercício, também, de reflexão de aspectos políticos, macro e micro linguísticos, além do caráter dialógico.

Concepções de Letramento

. Parte indispensável para o ensino de línguas bi Brasil é a noção de letramento, entendido como um conjunto de práticas discursivas que envolvem os usos da escrita (KLEIMAN, 1995). No caso desta proposta em si, é necessário pontuar que se trata de uma prática a ser desenvolvida em ambiente escolar, o que por si só não é uma questão, como confirma Kleiman:

Uma perspectiva escolar de letramento – que, afirmo, não é contraditória a uma perspectiva social da escrita na esfera de atividades escolares – tem por foco atividades vinculadas a práticas em que a leitura e a escrita são ferramentas para agir socialmente. Aliás, as práticas escolares de aprendizagem e uso da língua escrita, ainda que “estritamente escolares”, são também práticas sociais, sendo que muitas delas, como algumas que serão mencionadas na próxima seção, tomam por base práticas sociais e, portanto, recontextualizam as práticas com as quais os alunos convivem fora da escola, tornando-as mais significativas para eles. (KLEIMAN, 2010, p.380)

Além do mais, pretende-se trabalhar a partir da noção de projetos de letramento, que pedem um tipo de projeto que parte da necessidade de vinculação à uma prática social (neste caso, a realização do ENEM). São projetos que requerem atitude mediadora, aprendizagem sociada, que trabalham com a perspectiva de que um aluno é um ser de cultura, mobilizando seus fundos de conhecimento e capital cultural (OLIVEIRA, TINOCO, SANTOS, 2014). Além disso,

em um projeto de letramento, o tema surge da observação por parte da professora do que interessava à turma (comparável, diríamos, à observação de cunho etnográfico, na grande maioria das pesquisas sobre o letramento); os objetivos e conteúdos são aqueles do currículo escolar; os planos de atividades visam ao letramento do aluno e, finalmente; a dinâmica de atividades – inclusive as analíticas de objetificação da língua para fins de reflexão – são determinadas pelo desenvolvimento do projeto, que pode assumir novos ritmos e caminhos em todo momento, segundo os interesses do aluno e da comunidade escolar. É importante ressaltar, no entanto, que a flexibilidade não é sinônimo de ausência de planejamento. (KLEIMAN, 2010, p.383)

É adotada também nesse trabalho a concepção de letramentos sociais, apresentada por Street (2014), que defende que o ensino de língua deve considerar os aspectos políticos de seu

uso, contrapondo dois modelos de letramento: o letramento autônomo, que parte de uma percepção funcionalista diante da língua e o letramento ideológico, que considera os eventos de letramento a partir de seu contexto cultural e social, a realidade histórico política dentre outros. Em outras palavras, a defesa de letramento ideológico parte do princípio dos eventos de letramentos como eventos posicionados politicamente falando. Os letramentos são definidos ainda como um objeto de disputa (STREET, 2013). O trabalho do autor insere-se nos chamados Novos Estudos do Letramento, no original, em inglês, NLS (*New Literacy Studies*)

A pesquisa em NLS opõe-se a essa visão e sugere que, na prática, o letramento varia de um contexto para outro e de uma cultura para outra e, assim, conseqüentemente, variam os efeitos dos diferentes letramentos em diferentes condições. A abordagem autônoma simplesmente impõe concepções particulares, dominantes de letramento a outras classes sociais, grupos e culturas. O modelo alternativo, ideológico, de letramento oferece uma visão culturalmente mais sensível das práticas de letramento, pois elas variam de um contexto para outro. Este modelo parte de premissas diferentes daquelas do modelo autônomo – ele postula, ao contrário, que o letramento é uma prática social, e não simplesmente uma habilidade técnica e neutra; que está sempre incrustado em princípios epistemológicos socialmente construídos. O modelo diz respeito ao conhecimento: as formas como as pessoas se relacionam com a leitura e a escrita estão, elas mesmas, enraizadas em concepções de conhecimento, identidade, ser. Está sempre incorporado em práticas sociais, tais como as de um mercado de trabalho ou de um contexto educacional específico, e os efeitos da aprendizagem daquele letramento em particular dependerão daqueles contextos específicos. (STREET, 2013, p.53-54)

Redação do ENEM e Cidadania

O Exame Nacional do Ensino Médio é hoje a principal entrada para as universidades públicas. Desenvolvido em 2002, tem como principal objetivo

(a) oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua autoavaliação com vista às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos; (b) estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho; (c) estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior. (BRASIL, 2002, p. 7-8)

Além disso, busca formular:

[...] a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho; [...] a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio; [...] a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior; [...] o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação superior; [...] a sua utilização como instrumento de seleção para ingresso nos diferentes setores do mundo do trabalho; e [...] o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira. (INEP, 2021, on-line)

Por conta de seus objetivos e dimensão, o exame é uma das partes indispensáveis do planejamento das ações para o ensino médio. Alinhado ao definido pela BNCC (2018), a prova de linguagens busca trabalhar diferentes práticas sociais e proporcionar a participação cidadã. Para além das questões objetivas, há a exigência da elaboração de uma redação de modelo dissertativo-argumentativo, baseada em problemáticas da vida social. O objetivo da redação é

Para além de continuar a promover o desenvolvimento de habilidades relativas ao trato com a informação e a opinião, no que diz respeito à veracidade e confiabilidade de informações, à adequação, validade e força dos argumentos, à articulação entre as semioses para a produção de sentidos etc., é preciso intensificar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o trato com o diverso e o debate de ideias. Tal desenvolvimento deve ser pautado pelo respeito, pela ética e pela rejeição aos discursos de ódio (BRASIL, 2018, p.498)

Em sua cartilha para participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) define a prova de redação como uma etapa que:

exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender um ponto de vista – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos. (BRASIL, 2022, p.4)

Enquanto gênero, o texto dissertativo argumentativo é definido como:

O texto do tipo dissertativo-argumentativo é aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a dupla natureza desse tipo textual: é argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo. O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente (BRASIL, 2022, p.15)

A matriz de referência para correção das redações também é exposta, considerando cinco competências para atribuição de nota. São elas:

- i) Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

- ii) Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- iii) Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- iv) Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- v) Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos

Acerca da proposta de intervenção define que:

A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que você demonstre seu preparo para exercitar a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos. Portanto, você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022, p.21)

Em outras palavras, a finalidade da proposta de redação é o exercício da cidadania. É possível dizer que se trata de um gênero textual “passaporte”, já que é uma das provas que assegura o acesso ao ensino superior público e privado. Em outras palavras, sua relevância para uma educação cidadã no ensino médio é singular. Em relação ao previsto para esse seguimento, dialoga também com as competências específicas 1 e 3 da BNCC, como exposto abaixo.

Competência Específica 1: Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo (BRASIL, 2018, p. 491)

Competência Específica 3: Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (BRASIL, 2018, p.493).

ANÁLISE DAS REDAÇÕES

Será realizado, neste capítulo, uma análise discursiva de redações elaboradas para a prova de redação do ENEM 2022, retiradas do portal online “Guia do Estudante”. As três redações obtiveram nota máxima, o que significa que cumpriram com as exigências da matriz de referência elaborada pelo INEP, apresentada no capítulo anterior. Todas as redações foram redigidas com o tema “Desafios para a valorização de povos e comunidades tradicionais no Brasil”, tendo como textos base, ou seja, textos motivadores, alguns excertos, que serão posteriormente apresentados.

Para a análise destes textos, foram considerados como pressupostos de análise os cânones retóricos., apresentado no terceiro capítulo deste trabalho, a partir da compreensão de que a retórica e a redação do ENEM terem como pressuposto a participação social, a proposição sobre questões do mundo social, em outras palavras, a *vita activa*.

Redações e os Cânones Retóricos

No contexto da redação para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), a aplicação dos cânones retóricos é altamente recomendada, pois eles representam os pilares fundamentais da retórica clássica, potencializando habilidades de persuasão e organização textual. Conhecidos como os "cinco cânones da retórica", esses princípios têm raízes que remontam à época da República Romana, conforme previamente abordado nesta abordagem. Desde então, sua relevância perdura, sendo amplamente empregados como estrutura primordial para a composição de discursos convincentes e impactantes. Ao se valer dessas técnicas milenares, o redator potencializa suas capacidades argumentativas, conferindo à redação um poder persuasivo capaz de cativar e conquistar o leitor.

Ao utilizar os cânones para a elaboração de uma redação modelo ENEM, ou ainda outro texto da modalidade escrita ou oral para circulação social e convencimento, estes princípios auxiliam no fortalecimento da persuasão, organização, fazendo com que o texto esteja mais relacionado com o que o autor ou autora pretende transmitir. Essa abordagem pode contribuir para uma redação mais estruturada, convincente e com maior chance de atingir os critérios de avaliação utilizados na correção do Enem. Desta forma, ainda que de maneira não consciente, as redações que atingiram nota máxima e, portanto, podem ser consideradas exemplares, empregam estes princípios, como será analisado.

Em relação ao gênero textual utilizado, os cânones podem ser entendidos como:

- 1) **Inventio (invenção):** diz respeito à etapa crucial de identificação e desenvolvimento de argumentos e ideias pertinentes ao tema abordado na redação. Nessa fase, é imprescindível realizar uma coleta cuidadosa de informações, contemplar diferentes perspectivas e selecionar criteriosamente os argumentos mais sólidos para sustentar a posição defendida. Para a análise da invenção, serão utilizados os tipos de argumentos definidos como tópicos da invenção (D'ANGELO, 1974; SOUKI, 2012), os tópicos são padrões de uso de argumentos para organizar um determinado discurso.
- 2) **Dispositio (Disposição):** se concentra na organização estrutural do texto. Durante essa etapa, é fundamental planejar meticulosamente a estrutura da redação, delineando uma introdução clara, um desenvolvimento estruturado em parágrafos argumentativos e uma conclusão impactante. A disposição típica segue a sequência da introdução, desenvolvimento e conclusão persuasiva, no caso do ENEM, com uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos.
- 3) **Elocutio (Elocução):** abrange a seleção criteriosa da linguagem e o estilo de escrita empregado na redação. Nessa fase, é de suma importância considerar a adequação temática, fazer uso de vocabulário variado, assegurar a coesão e coerência textual, e explorar recursos estilísticos, tais como figuras de linguagem, metáforas e aliterações, a fim de conferir ao texto um apelo cativante e persuasivo.
- 4) **Memoria (Memória):** se refere à memorização e ao domínio dos principais pontos do argumento elaborado. Embora menos enfatizada na escrita da redação, a memória pode contribuir significativamente para assegurar familiaridade com os argumentos e exemplos a serem apresentados, permitindo sua utilização de maneira mais precisa e convincente. Neste trabalho, o conceito de memória sofre uma adaptação, não mais se referindo no processo de memorização do discurso a ser declamado, mas servindo como arquivo, no qual o estudante utilizará de seu repertório, ou seja, acessará seu arquivo, para poder construir sua argumentação.
- 5) **Actio (Ação):** No contexto da redação do Enem, este cânone está intrinsicamente ligado à expressão escrita e à habilidade de comunicação. Envolve a busca pela clareza na redação, a fluidez textual e a capacidade de comunicar ideias persuasivamente, de modo a alcançar o objetivo de convencer o leitor.

Proposta de Redação de 2022



enem2022
Exame Nacional do Ensino Médio

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros? Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação.

São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si.

Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece "alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza", diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Fonte: Ministério Público Federal. Infográfico elaborado em: 25/10/2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado.

Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021

Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra!

Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros.

Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios.

Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza.

Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir.

Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação 1

Na segunda metade do século XVIII, os escritores da primeira fase do Romantismo elevaram, de maneira completamente idealizada, o indígena e a natureza à condição de elementos personificadores da beleza e do poder da pátria (quando, na verdade, os nativos continuaram vítimas de uma exploração desumana no momento em questão). Sem desconsiderar o lapso temporal, hoje nota-se que, apesar das conquistas legais e jurídicas alcançadas, a exaltação dos indígenas e dos demais povos tradicionais não se efetivou no cenário brasileiro e continua restrita às prosas e poesias do movimento romântico. A partir desse contexto, é imprescindível compreender os maiores desafios para uma plena valorização das comunidades tradicionais no Brasil.

Nesse sentido, é inegável que o escasso interesse político em assegurar o respeito à cultura e ao modo de vida das populações tradicionais frustra a valorização desses indivíduos. Isso acontece, porque, como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há no Brasil uma espécie de “Colonialismo Insidioso”, isto é, a manutenção de estruturas coloniais perversas de dominação, que se disfarça em meio a avanços sociais, mas mantém a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada. Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a invisibilização dos povos tradicionais é proposital e configura-se como uma estratégia política para permanecer no poder e fortalecer situações de desigualdade e injustiça social. Dessa forma, tem-se um país que, além de naturalizar as mais diversas invasões possessórias nos territórios dos povos tradicionais, não respeita a forma de viver e produzir dessas populações, o que comprova uma realidade destoante das produções literárias do Romantismo.

Ademais, é nítido que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais ascendem à medida que raízes preconceituosas são mantidas. De fato, com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, é perceptível a existência de um “Epistemicídio Brasileiro” na sociedade atual; ou seja, há uma negação da cultura e dos saberes de grupos subalternizados, a qual é ainda mais reforçada por setores midiáticos. Em outras palavras, apesar da complexidade de cultura dos povos tradicionais; o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que inferioriza e “sepulta” os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas na relação harmônica com a natureza, destoam do modo ocidental, capitalista e elitista. Logo, devido a um notório preconceito, os indivíduos tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.

Portanto, faz-se necessário superar os desafios que impedem a valorização das comunidades tradicionais no Brasil. Para isso, urge que o Poder Executivo – na esfera federal – amplie a verba destinada a órgãos fiscalizadores que visem garantir os direitos dos povos tradicionais e a preservação de seus territórios e costumes. Tal ação deve ser efetivada pela implantação de um Projeto Nacional de Valorização dos Povos Tradicionais, de modo a articular, em conjunto com a mídia socialmente engajada, palestras e debates que informem a importância de tais grupos em todos os 5.570 municípios brasileiros. Isso deve ser feito a fim de combater os preconceitos e promover o respeito às populações tradicionais. Afinal, o intuito é que elas sejam tão valorizadas quanto os índios na primeira fase da literatura romântica.

(Carolina Beatriz de Souza Moura, 2022. Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/confira-espelhos-de-redacoes-nota-1000-no-enem-2022>)

A redação de Carolina tem como tese a noção de que a cultura e os saberes tradicionais são invisibilizados e há pouco interesse político em reverter a situação. Essa tese é evidenciada através do tópico de identificação, que utiliza o exemplo do romantismo

brasileiro para evidenciá-la, especialmente através da frase: “hoje nota-se que, apesar das conquistas legais e jurídicas alcançadas, a exaltação dos indígenas e dos demais povos tradicionais não se efetivou no cenário brasileiro e continua restrita as prosas e poesias do movimento romântico”.

Em relação aos principais argumentos e tópicos da invenção utilizados há:

- é inegável que o escasso interesse político em assegurar o respeito à cultura e ao modo de vida das populações tradicionais frustra a valorização desses indivíduos.

Este argumento utiliza o tópico de causa e efeito.

- “como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há no Brasil uma espécie de “Colonialismo Insidioso”, isto é, a manutenção de estruturas coloniais perversas de dominação, que se disfarça em meio a avanços sociais, mas mantém a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada. Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a invisibilização dos povos tradicionais é proposital e configura-se como uma estratégia política para permanecer no poder e fortalecer situações de desigualdade e injustiça social”

Para este argumento é utilizado o tópico de análise, que segmenta e explica o conceito de Colonialismo Insidioso.

- tem-se um país que, além de naturalizar as mais diversas invasões possessórias nos territórios dos povos tradicionais, não respeita a forma de viver e produzir dessas populações, o que comprova uma realidade destoante das produções literárias do Romantismo.

Há dois tópicos utilizados neste argumento, o de descrição do país e de causa e efeito, no qual as características do país comprovam uma determinada realidade.

- é nítido que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais ascendem à medida que raízes preconceituosas são mantidas.

Há neste argumento um tópico de processo pois as dificuldades de promover reconhecimento e valorizam crescem à medida que raízes preconceituosas são mantidas, ou seja, a manutenção das raízes é o “como” as dificuldades crescem.

- o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que inferioriza e “sepulta” os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas na relação harmônica com a natureza, destoam do modo ocidental, capitalista e elitista

Há neste argumento um tópico de causa e efeito, já que a inferiorização dos saberes faz com que o país assuma contornos monoculturais. Os saberes são também definidos através do tópico de definição.

- Logo, devido a um notório preconceito, os indivíduos tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.

Há neste argumento o uso de uma estrutura de indução, utilizando o tópico de causa e efeito.

Em relação à disposição dos argumentos (dispositio), o texto segue a estrutura base para as redações de modelo ENEM: introdução, na qual a tese é delimitada, desenvolvimento, no qual os argumentos de defesa da tese são expostos e conclusão, com uma proposta de intervenção adequada e respeitosa aos direitos humanos. Esta disposição pode ser encontrada nesta redação, que se estrutura com um parágrafo de introdução, dois para desenvolvimento da argumentação e um para a proposta de intervenção.

No que diz respeito à elocução (elocutio), Carolina utiliza construções que criam efeitos de formalidade, como o uso do pronome reflexivo “se”. A redação de estrutura com elementos culturais como foco, tanto utilizando o romantismo para iniciar sua exposição da tese quanto propostas ligadas à cultura no parágrafo de conclusão. Há diversos elementos coesivos ao longo do texto, como conjunções “ademais”, “logo”, “afim”, o que garante uma estrutura coesa para seu texto, além da coerência da escolha de argumentos para a tese

A memória (memoria) é acionada ao utilizar noções que não estavam disponibilizadas nos textos bases da prova, como a relação entre cultura dos povos tradicionais e romantismo, o conceito de Colonialismo Insidioso de Boaventura de Sousa Santos e “e]Epistemicídio Brasileiro” de Sueli Carneiro.

Por fim, no que tange à ação (actio), através do uso de diferentes argumentos e tópicos de invenção, dispostos de uma maneira lógica e baseada no gênero textual, com diferentes usos de vocabulário, adequada utilização dos recursos de coesão e coerência e memorização de informações relevantes ao tema, o resultado é um texto fluido, claro, persuasivo e que atendia às exigências da matriz de referência

Redação 2

Historicamente, a partir da implementação das missões jesuíticas no Brasil colonial, os povos nativos tiveram suas tradições suprimidas e seu conhecimento acerca das peculiaridades territoriais menosprezado. Na contemporaneidade, a importância dessas populações configura um fator indispensável à compreensão da diversidade étnica do nosso país. Contudo, ainda persistem desafios à valorização dessas

comunidades, o que interfere na preservação de seus saberes. Logo, urgem medidas estatais que promovam melhorias nesse cenário.

Sob esse viés, é válido destacar a fundamentalidade dos povos tradicionais como detentores de uma pluralidade histórica e cultural, que proporciona a disseminação de uma vasta sabedoria na sociedade. Nesse sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) afirma as heranças tradicionais desses grupos como constituintes do patrimônio imaterial brasileiro. Dessa forma, sabe-se que a contribuição desses indivíduos para a formação intelectual do corpo social engloba práticas de sustentabilidade, agricultura familiar e, inclusive, confere a eles uma participação efetiva na economia do país. Assim, evidencia-se a extrema relevância dessas comunidades para a manutenção de conhecimentos diferenciados, bem como para a evolução da coletividade.

Entretanto, a falta de representantes políticos eleitos para essa classe ocasiona a desvalorização das suas necessidades sociais, que não são atendidas pelos demais legisladores. Nesse contexto, a Constituição Federal assegura direitos inalienáveis a todos os cidadãos brasileiros, abordando o dever de inclusão dos povos tradicionais nas decisões públicas. Desse modo, compreende-se que a existência de obstáculos para o reconhecimento da importância de populações nativas se relaciona à ineficácia na incorporação de representantes que sejam, de fato, interessados na perpetuação de saberes e técnicas ancestrais propagados por esses grupos. Sendo assim, comprova-se a ocorrência de um grave problema no âmbito coletivo, o qual impede a garantia plena dos direitos básicos dessas pessoas.

Diante do exposto, denota-se a urgência de propostas governamentais que alterem esse quadro. Portanto, cabe ao Estado – cuja função principal é a proteção dos direitos de seus cidadãos – a implantação de mudanças no sistema eleitoral, por meio da criação de cotas rígidas para a eleição de políticos oriundos de localidades nativas. Tal reestruturação terá como finalidade a valorização de povos tradicionais, reconhecendo a sua fundamentalidade na composição histórica e cultural da sociedade brasileira.

(Maria Fernanda Simionato de Lemes, 2022. Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/confira-espelhos-de-redacoes-nota-1000-no-enem-2022>)

No que diz respeito à tese, a autora afirma faltarem iniciativas do Estado para a valorização das culturas indígenas, que tiveram seus saberes perseguidos desde as missões jesuítas do período colonial. Esta tese é definida através do tópico de identificação, especialmente no primeiro parágrafo.

Como principais argumentos de defesa da tese há:

- é válido destacar a fundamentalidade dos povos tradicionais como detentores de uma pluralidade histórica e cultural, que proporciona a disseminação de uma vasta sabedoria na sociedade.

Há neste argumento uso do tópico de descrição, para destacar a fundamentalidade dos povos tradicionais.

- Nesse sentido, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) afirma as heranças tradicionais desses grupos como constituintes do patrimônio imaterial brasileiro. Dessa forma, sabe-se que a contribuição desses indivíduos

para a formação intelectual do corpo social engloba práticas de sustentabilidade, agricultura familiar e, inclusive, confere a eles uma participação efetiva na economia do país.

Neste argumento, que se utiliza, inicialmente, de um argumento de autoridade uso de tópico de exemplificação (nas práticas de sustentabilidade).

- Entretanto, a falta de representantes políticos eleitos para essa classe ocasiona a desvalorização das suas necessidades sociais, que não são atendidas pelos demais legisladores

Há o uso do tópico de causa e efeito, para evidenciar os efeitos da falta de representantes indígenas eleitos.

- Desse modo, compreende-se que a existência de obstáculos para o reconhecimento da importância de populações nativas se relaciona à ineficácia na incorporação de representantes que sejam, de fato, interessados na perpetuação de saberes e técnicas ancestrais propagados por esses grupos

O argumento utilizado, baseado na relação entre obstáculos para o reconhecimento da importância das populações nativas e o fato de os representantes não estarem interessados na preservação desses saberes utiliza o tópico de causa e efeito.

- Sendo assim, comprova-se a ocorrência de um grave problema no âmbito coletivo, o qual impede a garantia plena dos direitos básicos dessas pessoas.

Há nesse argumento o uso do tópico de definição, para delimitar qual efeito do grave problema.

No que se refere à disposição dos argumentos (*dispositio*), o formato adotado no texto adere à estrutura consagrada das redações modelo ENEM. Nessa conformidade, a introdução objetiva delinea a tese, sucedida pelo desenvolvimento que expõe, em dois parágrafos distintos, os argumentos de defesa da tese. Por derradeiro, a conclusão emerge como o espaço apropriado para uma proposta de intervenção, sempre zelando pela observância dos direitos humanos. Tal organização estrutural se faz presente nesta redação, configurando-se em um parágrafo introdutório, dois de desenvolvimento e um de conclusão com a proposta de solução.

Analisando a elocução (*elocutio*), a autora escolhe apresentar em parágrafos separados os tópicos centrais de sua argumentação: a importância da cultura indígena e a baixa representação política desse grupo. Essa escolha faz com os argumentos estejam

especialmente claros, além do uso de uma linguagem fluida, fortalecendo, especialmente, a coerência. Nesta redação há também um uso adequado de conjunções e elementos coesivos, que garantem a unidade do texto.

A memória (memoria) é utilizada para trazer elementos de uma natureza interdisciplinar, mobilizando conhecimentos históricos das missões jesuítas e informações atualizadas sobre patrimônio, a partir da menção do IPHAN, conhecimentos estes que foram memorizados, já que não estavam explicitados nos textos base.

Por fim, em relação à ação (actio), o texto se configura por meio do emprego de variados argumentos e tópicos de invenção, estrategicamente dispostos de forma lógica e condizente com o gênero textual. A utilização diversificada do vocabulário, aliada ao correto emprego dos recursos de coesão e coerência, bem como a assimilação de informações pertinentes ao tema, culmina em uma redação fluente, clara, persuasiva e em conformidade com as exigências da matriz de referência.

Redação 3

Declarado patrimônio imaterial brasileiro, o ofício das quebradeiras de coco é exemplo da preservação de conhecimentos populares que marcam a cultura, a economia e as relações interpessoais dos povos envolvidos. Similarmente, muitos outros grupos tradicionais possuem saberes de extrema importância e, no entanto, não recebem o respeito merecido, o que cria uma vigente necessidade de promover a valorização dessas comunidades. Nesse contexto, é válido analisar como a negligência estatal e a existência de uma visão capitalizada da natureza representam desafios para a resolução de tal problemática

Diante desse cenário, nota-se a inoperância governamental como fato agravante do descaso em relação às culturas tradicionais. Para a pensadora contemporânea, Djamila Ribeiro, é preciso tirar as situações da invisibilidade para que soluções sejam encontradas, perspectiva que demonstra a falha cometida pelo Estado, uma vez que existe uma forte carência de conscientização popular sobre o assunto causada pelo baixo estímulo governamental a essas discussões, tanto nas salas de aula quanto no âmbito político. Nesse sentido, fica evidente que, por não dar notoriedade à luta desses povos, o governo permite o esquecimento e a minimização de seus costumes, o que gera não somente a massiva perda cultural de um legado cultivado por gerações, mas também o prejuízo da desestruturação econômica de locais baseados nessas técnicas

Ademais, percebe-se a influência de uma ideologia que mercantiliza o ambiente na manutenção de tal entrave. "Para a ganância, toda natureza é insuficiente" - a frase do filósofo Sêneca - critica uma concepção recorrente na atual conjuntura brasileira, segundo a qual o meio ambiente é visto como um objeto para o lucro humano. Logicamente, tal visão mercadológica se choca com o modo de vida experienciado pelos povos tradicionais, que vivenciam um relacionamento respeitoso e recíproco com o ecossistema, fazendo uso de seus recursos sem fins exploratórios. Por conseguinte, as comunidades que vivem dessa intimidade com a natureza são altamente reprimidas pelas classes que se beneficiam do uso capitalizado e desigual do meio natural, como grandes empresas pecuaristas, que lucram da concentração de terras e do monopólio comercial, o que exclui - ainda mais - a população originária e resulta no declínio de sua cultura.

Portanto, cabe ao estado - em sua função de promotor do bem-estar social - estabelecer uma ampla fiscalização do uso comercial do meio ambiente em áreas com maior volume de povos tradicionais, mediante a criação de mais delegacias especializadas no setor ambiental, a fim de garantir a preservação do estilo de vida desses indivíduos. Outrossim, é dever do Governo Federal organizar uma campanha de valorização de tais grupos, por meio da divulgação de informativos em redes sociais e da realização de palestras em escolas, de modo a enfatizar a contribuição socioambiental desses cidadãos, para, assim, conscientizar a população e possibilitar a exaltação das culturas tradicionais brasileiras.

(Juliana Moreau de Almeida Soares, 2022. Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/confira-espelhos-de-redacoes-nota-1000-no-enem-2022>)

Temos o tópico de identificação da tese da autora definindo que as comunidades tradicionais produzem saberes indispensáveis, mas que são negligenciados pelo Estado e por uma perspectiva comercial diante da natureza, o que fica evidenciado, especialmente, nesse trecho: “muitos outros grupos tradicionais possuem saberes de extrema importância e, no entanto, não recebem o respeito merecido, o que cria uma vigente necessidade de promover a valorização dessas comunidades. Nesse contexto, é válido analisar como a negligência estatal e a existência de uma visão capitalizada da natureza representam desafios para a resolução de tal problemática”.

Para tal, a autora dispõe do uso dos seguintes argumentos:

- Diante desse cenário, nota-se a inoperância governamental como fato agravante do descaso em relação às culturas tradicionais

Há neste argumento um tópico de causa e efeito para caracterização do cenário.

- Para a pensadora contemporânea, Djamilia Ribeiro, é preciso tirar as situações da invisibilidade para que soluções sejam encontradas, perspectiva que demonstra a falha cometida pelo Estado, uma vez que existe uma forte carência de conscientização popular sobre o assunto- causada pelo baixo estímulo governamental a essas discussões, tanto nas salas de aula quanto no âmbito político.

Para este argumento é utilizado um argumento de autoridade para analisar os motivos da invisibilização de culturas tradicionais por parte do Estado.

- Nesse sentido, fica evidente que, por não dar notoriedade à luta desses povos, o governo permite o esquecimento e a minimização de seus costumes, o que gera não somente a massiva perda cultural de um legado cultivado por gerações, mas também o prejuízo da desestruturação econômica de locais baseados nessas técnicas

Há uso do tópico de causa e efeito, primeiro em relação ao não reconhecimento da luta desses povos e a minimização de seus costumes, posteriormente os efeitos dessa minimização, cujos efeitos são descritos por um tópico de exemplificação.

- . "Para a ganância, toda natureza é insuficiente" - a frase do filósofo Sêneca - critica uma concepção recorrente na atual conjuntura brasileira, segundo a qual o meio ambiente é visto como um objeto para o lucro humano.

Este argumento utiliza o tópico de comparação entre meio ambiente e lucro humano, como exemplo (tópico de exemplificação) de uma concepção vigente na conjuntura brasileira.

- Logicamente, tal visão mercadológica se choca com o modo de vida experienciado pelos povos tradicionais, que vivenciam um relacionamento respeitoso e recíproco com o ecossistema, fazendo uso de seus recursos sem fins exploratórios.

Neste argumento há o uso de tópico de processo, um choque entre modos de vida e de descrição do modo de vida dos povos originais.

- Por conseguinte, as comunidades que vivem dessa intimidade com a natureza são altamente reprimidas pelas classes que se beneficiam do uso capitalizado e desigual do meio natural, como grandes empresas pecuaristas, que lucram da concentração de terras e do monopólio comercial, o que exclui - ainda mais - a população originária e resulta no declínio de sua cultura.

Este argumento funciona através de um tópico de causa e efeito em relação ao argumento anterior, além de utilizar novamente o tópico para descrever os efeitos causados pela concentração de terras.

Quanto à disposição dos argumentos (*dispositio*), o texto segue a estrutura típica das redações modelo ENEM, com a delimitação da tese na introdução, seguida pelo desenvolvimento, onde são apresentados os argumentos de defesa da tese, e, por fim, a conclusão contendo uma proposta de intervenção adequada e respeitosa aos direitos humanos. Essa organização pode ser observada no presente texto, que se inicia com uma introdução concisa, seguida de dois parágrafos destinados à exposição dos argumentos e, por fim, um parágrafo conclusivo com a proposição de uma solução.

No concernente à elocução (*elocutio*), a autora começa mobilizando as quebradeiras de coco, mencionadas no texto base e vai apresentando uma série de contradições entre a preservação dos saberes originários e uma lógica mercantilista. Para isso, utiliza alguns

exemplos e elementos coesivos que dão o sentido de contradição. Esses usos garantem uma estrutura textual coesa e coerente.

Para além dos textos base, é possível notar a utilização da memória (memoria) com a citação direta de uma frase atribuída ao filósofo Sêneca e o pensando de Djamila Ribeiro, utilizado como uma referência indireta, o que apontam para conhecimentos que não foram trazidos pelos textos base.

Por fim, acerca da ação (actio), é perceptível que o texto adota uma abordagem que incorpora diversos argumentos e tópicos de invenção, habilmente organizados de maneira lógica, adequada ao gênero textual. O uso variado de vocabulário, juntamente com a correta aplicação dos recursos de coesão e coerência e a retenção de informações relevantes ao tema, culminam em um texto fluido, claro, persuasivo e que atende plenamente às exigências da matriz de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta breve análise de redações nota 1000, é possível perceber que os cânones retóricos são recursos importantes para a construção de textos e argumentações no geral claras, convincentes e bem estruturadas. Assim sendo, podem ser utilizados em materiais e propostas didáticas para o ensino médio, através da perspectiva de letramentos sociais, que entendem as práticas sociais de escrita em uma realidade situada politicamente, na situação em questão, a relevância do Exame Nacional do Ensino Médio como “passaporte” para a educação superior no Brasil.

Os cânones retóricos foram desenvolvidos por conta da formação social romana, sendo ensinada em escolas públicas e buscando formar sujeitos para a atuação política, de certa forma, visava a formação do cidadão, que, “antes de tudo, coloca-se à disposição do ideal coletivo que consagra o indivíduo ao Estado” (CAMPOS, 2008, p.1). A retórica é, portanto, um instrumento de enorme função social, que pode potencializar a participação cidadã se devidamente difundida.

Por mais elitizado que ainda seja o conhecimento produzido em latim, como os tratados de Cícero, tratá-lo como irrelevante, sem utilidade contribui apenas para que se torne ainda mais nichado e distante de sua aplicação prática, o que é extremamente contraditório em comparação com o contexto de sua formulação. Este trabalho buscou mostrar como conceitos recentemente traduzidos e ainda inacessíveis podem ser utilizados para a elaboração de propostas didáticas, como as redações do ENEM.

O objetivo não foi consagrar as redações de modelo ENEM como o melhor e mais gênero a ser estudado nas escolas. Há inclusive críticas, que não puderam ser exploradas nesta monografia, sobre a necessidade da existência de importante vestibulares para o ingresso nas universidades públicas. Contudo, ele é hoje a principal forma de entrada das classes populares e grupos marginalizados à educação superior. Ou seja, um trabalho responsável, baseado nos letramentos sociais, situado historicamente, que considere os sujeitos envolvidos é também dever da escola,

[...] uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas e que, por isso, assume a função de proporcionar às camadas populares, através de um ensino eficiente, os instrumentos que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política e de reivindicação social (SOARES, 2017, p. 114).

Mais ainda, reconhecer o ENEM como um dos interesses e necessidades dos estudantes do ensino médio é assumir uma postura de democratização do ensino superior

público. Outrossim, é não apenas papel da escola e dos professores da rede básica considerar essa realidade, mas da universidade, engajada na produção de conhecimento e com seu compromisso extensionista.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. A antiga retórica – Apostila. In: BARTHES, Roland. A aventura semiológica. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 3-102;
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Exame Nacional do Ensino Médio**: Documento básico. Brasília- DF:INEP, 2002. Disponível em: Acesso em: 31 de maio 2023.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A redação no Enem 2022: Cartilha do participante. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf Acesso em: 10 de abril 2023
- CAMPOS, R. C. A formação educacional do orador e a retórica como seu instrumento de ação no Principado. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 1, p. 1-11, 2008.
- CICERO, M. T. **De Oratore**. Paris: Les Belles Letres, 1967, 3 vol.
- _____. **Dos deveres**. Tradução e notas de Angélica Chiapetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Tópicos: os lugares do argumento**. Tradução de Gilson Charles dos Santos. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.
- CURTIUS, E. R. **Literatura europeia e Idade Média Latina**. São Paulo: Edusp, 2013
- D'ANGELO, Frank. **A conceptual theory of rhetoric**. Cambridge, MA: Winthrop, 1974.
- DA SILVA ZACARIAS, Vinicius. Abordagem Da Redação Do Enem Segundo A Pedagogia Dos Letramentos. **Macabéa-Revista Eletrônica do Netlli**, v. 10, n. 8, p. 14-33, 2021.
- DUPONT, F. **L'Orateur sans visage: essai sur l'acteur romanis et son masque**. Paris: PUF, 2000
- FRANCISCO FIGUEIREDO. Professores resolvem conflitos em escola no DF na base da conversa. 1 vídeo (6 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SNp6s4uS9eo> . Acesso em 08 de junho de 2023.
- FREITAS, E. S. Cícero e o orador: comentários sobre o De Oratore. In: **CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2014. p. 233-250.
- GABRIELE HOLANDA. **Hannah Arendt e a Banalidade do Mal (legendado)**. 1 vídeo (7 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=06jufTlnFbU> . Acesso em 09 de junho de 2023.
- INEP. **Edital nº 28, de 1º de junho de 2021**. Brasília, 1 jun. 2021. Disponível em: Acesso em: 01 jun. 2023

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). 2022**. Prova de Redação. Aplicação regular. Brasília, DF. 2022.

KLEIMAN, Angela B. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. **Perspectiva**, v. 28, n. 2, p. 375-400, 2010.

LEIA na íntegra redações nota 1000 do Enem 2022. **Guia do estudante**, 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/confira-espelhos-de-redacoes-nota-1000-no-enem-2022>. Acesso em: 18 de julho de 2023

LEITE, L. R. Imperadores flavianos, poética e retórica. **Caderno de Pesquisa do CDHI**, v. 31, n. 2, p. 85-99, 2018.

MAZZALI, G. C. Retórica: de Aristóteles a Perelman. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/158>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MELO, J. J. P. Estado Romano e instituições escolares. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S. l.], n. 25, 2013. DOI: 10.20435/serie-estudos.v0i25.309. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/309>. Acesso em: 28 de maio 2023.

MONTEAGUDO, R. Filosofia e paradigma em Cícero. **Trans/Form/Ação**, v. 25, p. 53-65, 2002.

OLIVEIRA, Maria do Socorro; TINOCO, Glícia Azevedo; SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo. Princípios e Aspectos dos Projetos de Letramento. In: _____ **Projetos de letramento e formação de professores de língua materna**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/1/11787/1/E-book%20Projetos%20de%20letramento.pdf>. Acesso em 31 de maio 2023, p.41-61

PACHECO, G. B. F. Retórica e nova retórica: a tradição grega e a teoria da argumentação de Chaim Perelman. **Revista e-gov UFSC**. Florianópolis, SC, v. 5, n. 12, p. 72-92, 1997

PEREIRA, M. A. Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano. **Phaos: Revista de Estudos Clássicos**, n. 1, 2001.

PROF MIRIAM NAVARRO. **Educação Romana – Humanitas**. 1 vídeo (10 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mxDarCeLld0> . Acesso em 09 de junho de 2023.

SCHOECK, R. J. Intertextualidade e o cânone retórico: Intertextuality and the rhetorical canon. **Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 3–15, 2017. DOI: 10.34019/2318-3446.2017.v5.23208. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23208>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SOARES, M. O que pode fazer a escola. In: _____ **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 103-124

SOUKI, Jacqueline Diniz Oliveira. **A tradição e a novidade no ensino de produção textual: a contribuição da pedagogia retórica** (tese de doutorado). UFMG, 2012.

STREET, B. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 33, p. 51-71, 2013.

_____. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

VICKERS, B. (Org.). **Rhetoric Revalued**: Papers from the International Society for the History of Rhetoric. Medieval and Renaissance Texts and Studies, Arizona: Arizona State University, 1982